

Um olhar para o invisível: cartografia da experiência em uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica

*A look at the invisible: an experience in a shelter home
for women victims of domestic violence*

Letícia dos Reis Feijó¹

Resumo: O seguinte trabalho analisa, a partir do método cartográfico, a intervenção aplicada na Casa de Apoio Viva Maria, um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Tem-se como objetivo proporcionar um ambiente acolhedor e reflexivo para as usuárias do serviço. A metodologia deu-se a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, focando nas subjetividades, interpretando o contexto a partir da experiência não controlada. Como resultado das intervenções têm-se o espaço acolhedor que se criou, no qual elas puderam refletir sobre suas vivências pessoais, elaborando-as. Além disso, foi possível notar um grande engajamento do grupo, que participou ativamente, refletindo sobre as suas escolhas de vida e sobre quem elas são e querem se tornar. Pode-se concluir que o trabalho em questão é apenas um recorte, uma pequena pista da vivência em um abrigo para mulheres que sofreram violência doméstica, sendo necessárias novas pesquisas e aplicações práticas no contexto.

Palavras-chave: Violência doméstica; Intervenção psicossocial; Abrigo; Cartografia.

Abstract: The following work analyzes, using the cartographic method, the intervention applied at Casa de Apoio Viva Maria, a shelter for women victims of domestic violence. The aim is to provide a welcoming and reflective environment for service users. The methodology was based on qualitative research, of an applied nature, focusing on subjectivities, interpreting the context based on uncontrolled experience. As a result of the interventions, a welcoming space was created, in which they were able to reflect on their personal experiences, elaborating on them. Furthermore, it was possible to notice great engagement from the group, who actively participated, reflecting on their life choices and who they are and want to become. It can be concluded that the work in question is just an excerpt, a small clue of the experience in a shelter for women who have suffered domestic violence, requiring further research and practical applications in the context.

Keywords: Domestic violence; Psychosocial intervention; Shelter; Cartography.

¹ Pós-Graduada em Psicanálise e Análise do Contemporâneo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Psicóloga pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). E-mail: psicoleticiarfeijo@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem como propósito relatar, por meio do método cartográfico, a intervenção aplicada na Casa de Apoio Viva Maria, referente à prática de Estágio Obrigatório do 10º semestre do curso de Psicologia. A atividade de estágio citada ocorreu na Casa de Apoio Viva Maria – CAVM, uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica que necessitam de proteção. O local possui endereço sigiloso no município de Porto Alegre, visando a segurança das acolhidas, e recebe novas usuárias de segunda a sexta-feira das 8h às 17h – com equipe técnica no local, porém funciona em tempo integral, com monitoria e guardas presentes 24 horas por dia, sete dias da semana. A instituição, de âmbito público, pertence à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre, e iniciou sua trajetória em 1992. Em 2024 a CAVM bateu o marco de mais de 2.700 mulheres já atendidas nos 32 anos de atuação da casa, mostrando assim, sua importância no combate à violência doméstica no município.

O abrigo possui como propósito acolher mulheres que sofrem violência doméstica e busca auxiliá-las a compreender e quebrar o ciclo da violência, que muitas vezes pode ser reproduzido por elas ou por seus filhos. Atualmente ele possui a capacidade de acolher até dez famílias simultaneamente, sem quantidade limitada de membros familiares. Dessa forma, para que uma mulher seja acolhida, é necessário que cumpra alguns critérios, sendo eles: ter sofrido violência doméstica no momento atual e ter registrado Boletim de Ocorrência (B.O.) contra o agressor; estar em risco de vida e/ou de sofrer novo episódio de agressão grave; não ter outro local para ir (por exemplo, a casa de algum familiar); estar de acordo com as regras da casa que lhe são passadas; e se comprometer a não divulgar o endereço do abrigo. Além disso, caso a usuária tenha filhos e a guarda dos mesmos, ela pode levá-los – havendo apenas uma limitação para os meninos, que podem ser acolhidos apenas até os 14 anos.

A casa oferece inúmeros serviços, tanto para as usuárias acolhidas, quanto para seus filhos que lhes acompanham. O programa de atividades inclui: acolhimento realizado pela equipe técnica (orientação ou ingresso no abrigo) e encaminhamento com um profissional para ser seu técnico de referência; atendimentos individuais e em grupos; atendimento familiar; anamneses das crianças e adolescentes; acompanhamento jurídico e de saúde; atendimento lúdico-terapêutico às crianças e adolescentes; acompanhamento e inserção nas rotinas da casa; encaminhamento para rede de saúde e de educação; acompanhamento escolar; estimulação para menores de dois anos; encaminhamento para cursos profissionalizantes; atividades culturais e de lazer, e visitas domiciliares sempre que necessárias. Em relação aos grupos de apoio e de acompanhamento às mulheres, têm-se os seguintes: Grupo do Autocuidado; Grupo Operativo; Grupo de Mães; Assembleias; Grupo de Saúde da mulher, das crianças e dos adolescentes; Grupo do Tabagismo; oficinas terapêuticas e atividades para geração de renda. Já para as crianças, além da sala de brinquedos, denominada de “grupinho”, têm-se as atividades: grupo de psicologia; reforço escolar pedagógico; oficinas terapêuticas e de *mindfulness*; hora do conto; brincadeiras guiadas; atividades lúdicas, e cinemas psicoeducativos.

No que diz respeito à estrutura física do abrigo, ele é composto por duas casas, sendo uma onde a equipe trabalha e há os espaços de convivência das famílias; e a outra, chamada de “Espaço Maria da Penha” onde ficam os quartos de cada família. Além disso, têm-se um pátio nos fundos das casas com uma

pracinha para as crianças, e um estacionamento para os funcionários. O abrigo também tem à disposição: mobiliário, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e utensílios, conforme necessidades.

Em relação à equipe que faz parte do abrigo, inúmeros são os profissionais envolvidos, se tratando de uma equipe multiprofissional. Assim, têm-se: 1 assistente social; 2 psicólogas; 1 enfermeira; 1 nutricionista; 1 técnica de enfermagem; 1 estagiária de psicologia; 1 estagiária de administração/ensino médio, e 6 monitoras. Além disso, têm-se a equipe terceirizada, que conta com cozinheira, auxiliares de cozinha, auxiliar de serviços gerais, e guardas (divididos entre o turno diurno e noturno).

Ademais, em relação aos objetivos do trabalho, têm-se como objetivo geral proporcionar um ambiente acolhedor e reflexivo para mulheres vítimas de violência doméstica. Ele se dará por meio de atividades que as estimulem a planejar o seu projeto de vida, auxiliando-as em seu processo de reconstrução pessoal e fortalecimento psicológico.

Quanto aos objetivos específicos, têm-se: (1) promover atividades que permitam que as participantes identifiquem as áreas de suas vidas que trazem satisfação, bem como as áreas que necessitam de atenção e crescimento; (2) promover reflexões sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro, para que seja possível olhar para as suas jornadas pessoais, compreendendo o que mudou ao longo do tempo e identificando objetivos e desejos futuros; e, (3) estimular a expressão artística, por meio de atividades de desenho, escrita e outras formas criativas, permitindo a elaboração de suas emoções e sonhos.

Em suma, a intervenção aconteceu em três encontros presenciais na CAVM, com três usuárias que estavam abrigadas no momento. As atividades foram realizadas em locais diferentes em cada dia, de acordo com a necessidade percebida. Mas, independentemente do local utilizado, optou-se por dispor os lugares em um círculo, o que deixa o ambiente mais acolhedor para todos, e auxilia no compartilhamento de ideias e de afetos entre o grupo. Já em relação à aplicação do método cartográfico, entende-se como essencial a observação, o registro das impressões, e a análise dos afetos e das relações envolvidas na intervenção. E para tal, trabalharei a construção do texto com base em registros e cenas dos encontros, que irão possibilitar a expressão da conexão sentida no momento.

Dessa forma, compreende-se que o método cartográfico, desenvolvido por Deleuze e Guattari, pode contribuir muito para o estudo e a intervenção no território, sendo uma nova forma de enxergar o estágio em questão. Assim, por se tratar de um importante mecanismo de análise, enfrentamento e desmontagem de dispositivos, a cartografia será essencial para a criação de uma análise crítica, que leva em conta a multiplicidade e a contínua interação existente no local (Prado Filho & Teti, 2013).

Além disso, de acordo com Prado Filho e Teti (2013) a cartografia social possibilita uma estratégia de análise crítica e a ação política que, juntas, auxiliam na criação de uma história do presente e das relações. O que, como consequência, viabiliza práticas de resistência e liberdade contra os dispositivos, “desemaranhando” suas linhas já tão enraizadas. Ademais, compreende-se que estando o dispositivo sempre inscrito em um jogo de poder, que sustenta suas configurações de saber, é a cartografia que atuará como um “antídoto” para suas ações: permitindo a exposição dos modos de objetivação e de subjetivação dos sujeitos envolvidos. Permitindo assim, a contínua desmontagem e criação de dispositivos.

Por fim, entende-se que a cartografia serve como um instrumento para os saberes e as práticas psicológicas, principalmente tendo em vista a atuação na Casa de Apoio Viva Maria. Um dos principais focos na análise cartográfica é a produção política de subjetividade e dos modos de sujeição e de assujeitamento, que colocam a pessoa – nesse caso, as usuárias do serviço – como protagonistas de suas vivências. Assim, além do meu olhar como estagiária, também possibilitará os múltiplos olhares e as experiências subjetivas de todos os sujeitos envolvidos (Prado Filho & Teti, 2013). Neste sentido, cabe ressaltar aqui a possibilidade, que torna tão rico o método cartográfico, de expressar os afetos que a experiência desperta (Rolnik, 1989). Traz-se aqui o afeto não apenas substantivo, mas também o verbo: o afetar e o deixar-se ser afetado, que enlaça a experiência subjetiva de forma única, trazendo para o universo da linguagem aqueles sentimentos que antes estavam apenas no campo dos sentidos.

Metodologia

Pensando na importância de trabalhar o projeto de vida com mulheres vítimas de violência doméstica, o seguinte projeto buscou intervir, por meio de atividades envolventes e reflexivas, com um grupo de acolhidas na Casa de Apoio Viva Maria. Assim, têm-se como público-alvo três usuárias do abrigo que estavam presentes no momento das dinâmicas. A intervenção aconteceu em três encontros presenciais, nos dias 31 de outubro, e 04 e 06 de novembro, de em média 1 hora cada, com atividades e objetivos diferentes.

Metodologicamente, utilizei a perspectiva cartográfica como modelo de escrita e de reflexão, construindo o texto a partir de cenas e recortes dos encontros da intervenção. Prado Filho e Teti (2013) compreendem que a cartografia possui um enorme potencial de intervenção e elaboração das vivências em casas abrigo, por configurar-se como um instrumento que constroi uma história do presente, permitindo uma crítica do que se é, e constituindo-se das múltiplas experiências dos sujeitos envolvidos.

Assim, as experiências subjetivas vividas foram registradas por meio de um diário de campo e de trocas com as participantes durante os encontros. O projeto teve como foco as subjetividades de cada indivíduo, com a ênfase principal de observar e interpretar o contexto a partir da experiência não controlada, e da análise dos afetos e das relações do local. Entendeu-se como primordial, para tal, o registro de impressões diário, que possibilitou o afetar-se e o ser afetada pelo ambiente, implicando-se por completo na vivência.

Assim, o primeiro encontro da intervenção teve como objetivo auxiliar as usuárias no processo de autoconhecimento individual. Participaram três usuárias e nesse dia, elas foram convidadas a participar da dinâmica “Quem sou Eu?”, na qual elas decoraram cartolinas com desenhos, recortes e escritas de forma que representassem quem elas são. Terminada a atividade, uma por vez mostrou ao grupo o que planejou e que itens colocou para representar a si mesma.

No segundo encontro o objetivo foi promover reflexão sobre as transformações que elas passam no decorrer da vida e identificar os pontos que querem manter e os pontos que querem mudar, a partir da atividade “Cartas para mim”, que teve duas partes. Em um primeiro momento, elas foram convidadas a refletirem sobre seu passado, escrevendo uma carta para a criança que foram – relatando as mudanças que passaram, os sonhos que realizaram ou não e a pessoa em que se transformaram. No segundo momento, escreveram para o seu “eu do futuro”, refletindo sobre quem desejam se tornar e os sonhos que

desejam realizar. Elas compartilharam com o grupo o que escreveram e, por fim, as cartinhas do futuro foram guardadas pela equipe para serem entregues a elas no seu último dia no abrigo.

Por fim, o terceiro e último encontro teve como objetivo possibilitar um espaço lúdico para que as usuárias refletissem sobre quem são e quais são os seus sonhos para o futuro. Assim, a dinâmica realizada foi a “Caixa dos Sonhos”, na qual elas foram convidadas a decorar uma caixa com tudo aquilo que representa seus sonhos e quem elas são. Elas usaram objetos, desenhos, e preencheram a caixa da forma que preferiram. Ao final, foi realizada uma mostra das caixas, em que cada uma apresentou ao grupo o que pensou, e quais sonhos foram representados.

Análise e discussão

No trabalho em questão, para que fosse possível analisar a experiência vivida, optou-se pelo registro dela em um diário de campo e o seu recorte aqui em três cenas, uma para cada dia da intervenção. No primeiro dia estavam presentes três acolhidas do abrigo: M. (47 anos); G. (45 anos); e T. (31 anos). No segundo e terceiro dia, T. não esteve mais presente, pois infelizmente pediu o seu desligamento do abrigo por motivos pessoais; permanecendo apenas as outras duas participantes. Apesar do grupo numericamente pequeno, diversas reflexões se fizeram presentes, e foi possível trabalhá-las mais individualmente com cada uma das usuárias. Além disso, para que a análise das intervenções fosse mais completa, e levasse em conta todos os fenômenos envolvidos, optou-se por fazer algumas costuras durante o texto, que vai explicando os três encontros, analisando-os com base no referencial teórico adotado.

A violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser definida como “qualquer ato de violência baseada no gênero que produza ou possa produzir danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais na mulher” (Lucena et al., 2016), e aqui inclui-se também a ameaça de tais atos, a privação da liberdade da mulher, ou a coerção; todos os fatores, sejam na via pública ou na privada. Ela pode ser produzida por companheiros, ex-companheiros ou familiares que vivam ou não na mesma casa, podendo ocorrer dentro desse ambiente ou fora. No Brasil, a predominância é de ocorrer por conta de companheiros e no ambiente do lar. Porém, também é muito comum que a mulher seja perseguida inclusive no trabalho pelo seu agressor, sendo esta atitude, também, violência doméstica (Brasil, 2006).

Assim, conclui-se que a violência é um problema de saúde pública, visto dessa forma não apenas por quem trabalha na área, mas também por grandes organizações, como a Organização Mundial de Saúde – OMS (OPAS, 2023). A violência, independente da sua forma, contribui para a perda de qualidade de vida da vítima, sendo uma das mais significativas formas de desestruturação de famílias e de vidas pessoais. Assim, a violência doméstica contra a mulher deve ser analisada tendo em vista todos os contextos envolvidos, não apenas a lesão física, mas também o âmbito familiar, social, legislativo, dos direitos humanos e psicológico (Oliveira et al., 2015).

Por conta desses fatores, a violência doméstica contra a mulher pode ser compreendida como um tipo de relação social historicamente delimitada, culturalmente legitimada e cultivada. Estando a mulher exposta a agressões no espaço privado e público; e sendo a sociedade quem produz e valida esses atos, de domínio completamente masculino e patriarcal. Dessa forma, inúmeras são as consequências sofridas pela mulher, dificultando a sua vivência plena em sociedade e afetando sua qualidade de vida (Lucena et al., 2016).

Destarte, para que ficasse mais claro de compreender e analisar o conceito, adotou-se conceitualmente o termo “ciclo da violência doméstica contra a mulher”, composto por quatro fases, sendo elas: (1) fase da lua de mel, com a relação do casal estando “perfeita”, com amor e promessas por parte do agressor; (2) intensificação da tensão, na qual iniciam-se as ameaças, as brigas e os ciúmes; (3) fase da explosão, onde ocorrem as agressões, o controle da vítima e o papel de autoridade do agressor; e (4) fase da reconciliação, onde busca-se uma harmonia no casal, são pedidas desculpas e o agressor apresenta remorso pelo que fez. E assim vai renovando-se o ciclo, até que um dos dois saia da relação – geralmente a mulher, ou até que o feminicídio ocorra (Lucena et al., 2016).

Cena 1: “aquilo que vivemos determina quem nós somos?”

Quinta-feira, dia quente da primavera. Avisei as monitoras do dia que a oficina para as usuárias já estava pronta e, às 14h30min elas entraram na sala: olhando para os lados, tímidas, sem saber o que fazer ou o que falar. T. ainda não me conhecia, havia chegado no abrigo no dia anterior e estava se adaptando à rotina e ao contexto – ainda lidava com o luto da sua vida anterior e com a nova que se apresentava. Eu me apresentei, convidei-as a sentar, e enquanto conversávamos um pouco sobre a vivência no abrigo, fomos dando início à atividade artesanal.

Depois de saber que deveria representar no papel quem ela é, G. disparou: “Eu vou ter que pensar na minha vida? Logo hoje: em que eu descobri que não tenho com quem contar!”. Ela estava passando por um momento difícil, pois havia recebido a notícia de que as amigas com quem contava, na verdade, não poderiam auxiliá-la financeiramente. “Mas olha pelo outro lado. . . Tu vai poder desenhar, pintar. . . E faz tanto tempo que a gente não faz isso”, M. lhe respondeu prontamente. “É, e eu prometo que quando eu sair daqui, conseguir uma casa e tiver dinheiro, eu te empresto tudo o que tu precisa para ir ver os teus filhos”, T. disse.

Algo que apareceu enquanto elas iam conversando, é o quanto a rede de apoio faz total diferença na vida das mulheres acolhidas por conta da violência doméstica. M. tem irmãs que a apoiam muito, e que mesmo não podendo recebê-la em sua casa, estão lhe ajudando a começar a sua vida do zero. “Eu tenho muita sorte das irmãs que eu tenho. . . Elas tão cuidando das minhas filhas para mim, enquanto eu não posso. . . Elas são ótimas irmãs, só tenho a agradecer! Se não fosse por elas, não sei o que seria de mim”, M. comentou.

G., por outro lado, não tem a mesma experiência. Ela não possui nenhuma rede de apoio, e seu processo de reconstrução pessoal está sendo bem mais difícil, pois ela precisa, sozinha, ter forças para se reerguer e viver sua vida novamente. Assim, acabou sendo muito difícil para ela a atividade, pois lhe remeteu muitos momentos desafiadores de sua vida, que ainda não puderam ser elaborados.

Traz-se aqui, como forma de análise, uma pesquisa realizada na Casa de Apoio Viva Maria no ano 2000, com as acolhidas desse período, na qual buscou-se analisar os fatores associados ao fenômeno da violência. No estudo, compreendeu-se que um fator predominante que as mantém no ciclo é o isolamento da mulher, sendo rompidos vínculos afetivos e familiares, destruindo a construção da identidade da vítima. Observou-se que ao saírem do abrigo as mulheres seguem sem ter uma residência fixa, dependendo de familiares ou amigos; possuindo alta mobilidade e residindo em bairros mais humildes (Meneghel et al., 2000). No caso de G., que não tem qualquer rede de apoio,

torna-se muito mais complexo o seu desligamento e sua retomada para a vida fora do abrigo. Ao contrário de M. e T., que possuem pessoas ao seu redor que lhes auxiliam, e que não as deixam completamente isoladas do mundo.

Conforme era possível perceber a dificuldade de G. em seguir refletindo, passamos a conversar sobre suas histórias de vida. Elas relataram momentos muito difíceis: momentos de desamparo e de dúvidas. E com grande sofrimento, falaram sobre a perda de seus filhos. Pois as três usuárias não possuem as guardas de seus filhos, uma dor que elas compartilham, e que não conseguem explicar sem sofrer. T. ainda possui esperanças de conseguir a guarda compartilhada novamente, e se agarra fielmente nisso. M. ainda possui contato com suas filhas, que estão sob cuidado de suas irmãs. Mas G., que não morava no estado antes, está muito distante de todos os seus filhos, e não tem qualquer notícia deles há muitos anos.

Assim, traz-se aqui algumas variáveis que interferem para que a mulher consiga sair da relação abusiva. Entre elas, as principais são os filhos do casal e o vínculo empregatício da vítima. Os filhos acabam impedindo, mesmo que inconscientemente, que a mulher saia do ciclo, pois ela sente-se culpada em separar o pai das crianças, e em colocá-lo como “vilão” para seus próprios filhos. E ela acaba por ter mais esperanças, achando que, pelo fato de ele ser “um bom pai”, acabará mudando e sendo bom para ela também. Em relação ao trabalho, têm-se que mulheres que estão desempregadas possuem mais dificuldades em sair da relação do que as que possuem um emprego fixo (Meneghel et al., 2000). Isso acontece, pois a vítima sente-se subordinada ao homem, pois não conseguirá viver sem ele, já que é ele quem provê o dinheiro. Outro fator essencial é a rede de apoio social e familiar para a vítima; visto que mulheres que possuem uma rede de apoio têm mais chance de conseguirem sair da relação (Lucena et al., 2016).

A atividade foi seguindo, com as três participantes construindo o seu cartaz: que representava a elas mesmas, as suas histórias de vida, e as pessoas que passaram por elas. Até que T., concentrada no seu desenho, dispare: “Será que aquilo que a gente vive vai determinar quem a gente é? Será que eu estava destinada a parar aqui, num abrigo, desde sempre? Será que não tem como mudar o meu destino?”. Ela então conta o que escreveu no seu cartaz: uma frase que dizia “nós seres humanos agimos de acordo com a nossa percepção de realidade”.

Pois ela percebe que tudo o que ela viveu, e todas as escolhas que tomou não teriam como ser diferentes, pois ela foi “moldada a ser dessa forma”. G. e M. foram dando suas opiniões também, refletindo sobre o que poderiam ter feito diferente, e as três refletiram sobre suas conquistas, além dos momentos difíceis. Conforme fomos conversando, elas puderam se dar conta de que, apesar do contexto influenciar suas decisões, elas não são determinadas a serem de uma forma específica. E que é possível mudar, se reconstruir e se permitir fazer escolhas diferentes no futuro. Assim, as três pontuaram algumas decisões que com certeza não repetiriam e que, após passar pelas consequências de suas escolhas, puderam aprender muito sobre o que fazer de diferente.

Cena 2: “a dor de olhar para o passado, a esperança de pensar no futuro”

A segunda atividade da intervenção aconteceu alguns dias depois, e T. infelizmente não estava presente, pois já havia se desligado do abrigo. Nesse dia, organizei os materiais em um dos consultórios do local, que possui uma mesa de seis lugares, e que seria ótima para que elas pudessem escrever suas cartas. Então, às 14h30min M. e G. adentraram a sala, dessa vez mais relaxadas

e confortáveis para a dinâmica, já perguntando o que fariam naquele dia. Lhes expliquei que dessa vez elas teriam a oportunidade de escrever duas cartas, ambas para elas mesmas: uma para a criança que foram um dia, e outra pensando em quem querem se tornar.

M. logo topou a proposta, prontamente passou a escrever e decorar suas cartas, dizendo que já sabia exatamente o que escrever. G., por outro lado, estava um pouco receosa quanto à atividade, comentando que não estava muito afim de pensar sobre o passado, porque passou por muitas situações que a machucaram profundamente. Fomos conversando sobre suas vivências, e eu lhe expliquei que se ela não desejasse mesmo escrever as cartas, poderia ficar apenas ali conversando. Mas G. acabou aceitando a ideia de escrevê-las, depois de me contar sobre a perda da guarda de seus filhos, e o quanto a magoou que ninguém de sua família quis lhe ajudar. Ela disparou: “É. . . Acho que é bom colocar no papel o que eu sinto né? A gente percebe algumas coisas que não está acostumada a pensar. . .”.

Continuamos por mais algum tempo em silêncio, as duas escrevendo suas cartas, até que me dou conta de que M. está com o rosto abaixado, com as mãos na frente, parecendo estar chorando. Ao ser questionada se está tudo bem, e se ela gostaria de conversar sobre o que está sentindo, ela responde: “Tá tudo bem, sim. Tá tudo bem. Eu só fiquei imaginando aqui como seria bom se eu morasse com as minhas filhas, se eu tivesse as três comigo. . . Eu podendo cuidar delas, elas cuidando de mim. Todas juntas. . . Eu fiquei imaginando isso e me emocionei. Mas vou terminar de escrever a carta”.

Elas então seguiram na atividade, terminando de escrever suas duas cartas. Ao fim, depois que as duas terminaram, lhes perguntei se elas se sentiriam confortáveis em compartilhar o que escreveram, o que pensaram, e o que sentiram durante a escrita. Elas concordaram, leram suas cartas e comentaram que, apesar de ter suscitado inúmeras emoções, e terem voltado em momentos do passado que gostariam de esquecer, puderam se dar conta das escolhas que as levaram até onde estão hoje. E conseguiram refletir sobre as principais ações que precisam ter para conseguir conquistar o futuro que almejam e que descreveram nas cartas. Finalizamos então o encontro, e eu combinei com ambas que guardaria suas cartas “do futuro” comigo, que irão receber de volta no seu último dia no abrigo, quando estiverem se desligando e partindo para suas novas vidas.

Traz-se aqui, como forma de análise e comparação, um estudo realizado com mulheres que sofreram violência doméstica apontou que as vítimas sentiam “culpa, vergonha e sensação de sufocamento” ao lembrar da experiência; e que grande parte das vítimas repetiam a situação de violência, muitas vezes com o mesmo agressor, mostrando a tendência do ciclo repetitivo e da dificuldade em sair dele. Ademais, para além das consequências momentâneas da violência (machucados, cortes, entre outros), o estudo mostrou que as mulheres que não elaboraram a experiência traumática, acabavam tendo sintomas no corpo que retornavam um tempo depois, exigindo novamente um atendimento clínico. Assim, a autora compreende que o segredo e a dificuldade da vítima em falar da violência possui uma função única e singular para cada mulher, influenciando na forma que irá lidar com a situação (Chagas, 2020).

A autora também relata que em suas experiências com casos de violência doméstica, é muito comum que essas mulheres fiquem fragilizadas, esperando uma resposta lógica e uma solução mágica aos seus problemas, acreditando ser o profissional o detentor de soluções que a “salvarão” do agressor. Entretanto, não depende exclusivamente dos profissionais que buscam conscientizar e empoderar a mulher, pois dependerá também dela, de sua singularidade, e de

querer mudar a sua posição na situação de violência, deixando o papel de vítima e entendendo o papel que desempenha no ciclo violento (Chagas, 2020).

Cena 3: “a potência do sonhar como disparador de possibilidades”

O terceiro e último encontro aconteceu dois dias depois, em uma quarta-feira ensolarada. Decidi fazer a intervenção em um local diferente do usual: na sala de brinquedos das crianças, denominada carinhosamente de “grupinho”. Como a atividade seria sobre os sonhos das usuárias, e seria necessário imaginar e criar ludicamente uma caixa que os representasse, concluí que esse seria o ambiente ideal. Assim, organizei o ambiente com tudo o que seria necessário: as caixas de papel que elas iriam decorar; lápis, canetinhas e tintas; revistas para recortar; e todos os brinquedos que estavam espalhados pela sala e poderiam ser usados para representar seus sonhos.

Depois de organizar o ambiente, convidei-as para adentrar a sala e sentar-se nas cadeiras em frente às caixas. Elas entraram, desconfiadas, questionando se a atividade seria naquele local mesmo — já que usualmente o grupinho é utilizado apenas pelas crianças. Mas então eu lhes expliquei qual seria o propósito da atividade, e que elas poderiam usar todos os brinquedos que considerarem necessário para representar os seus sonhos. Elas toparam o convite, e primeiro, passaram a decorar suas caixas, desenhando e pintando-as. Depois de terminarem, elas ainda ficaram alguns minutos receosas, perguntando se poderiam mesmo mexer nos brinquedos, se não iria fazer bagunça ou atrapalhar.

Mas depois que eu concordei, elas se soltaram, e passaram a andar por toda a sala, procurando os brinquedos perfeitos para representar os seus sonhos. Elas também brincaram um pouco no caminho, o que me surpreendeu, pois aproveitaram o momento mais do que eu esperava, dando risada e comentando sobre os brinquedos que gostariam de ter tido quando eram crianças. M. parecia muito deslumbrada com o ambiente, e comentava: “Nossa que lindas essas bonecas. . . As minhas filhas teriam adorado brincar com elas. . . E eu também, se eu tivesse tido uma sala dessas quando criança. . .”.

Assim, depois que elas terminaram de construir suas “caixas dos sonhos” — decorando-as e preenchendo-as com aquilo que representava seus sonhos — convidei-as para apresentar as duas obras e explicar o significado dos desenhos e dos objetos que escolheram. M., que havia sido a primeira a acabar, logo começou a dizer que havia escolhido três bonecas para colocar na caixa pois elas representam as suas filhas, e que o seu maior sonho é “poder voltar a viver com elas, cuidar delas e mostrar para elas o quanto eu as amo”, ela disse. M. também mostrou o desenho que havia feito na sua caixa: “Eu fiz flores. Muitas flores. Porque daí formou um jardim, que é o que as minhas filhas são para mim, as flores do meu jardim.”. E ela também mostrou que colocou um brinquedo em formato de sofá e um recorte de uma revista com a imagem de uma casa, que representavam a casa que ela sonha em ter um dia para morar com suas filhas.

Depois de sua apresentação, G. mostrou a sua caixa, relatando que “não ficou como eu gostaria, eu acho que eu não estou muito empenhada ultimamente. Estou um pouco desmotivada, eu acho, porque eu sei que poderia ter feito melhor. . . Mas foi o que deu para fazer hoje. . .”. Ela então mostrou que colocou dentro da caixa apenas um trem, e disse “Eu queria mesmo era que fosse um trailer. Mas não tem nenhum brinquedo de trailer, então o que eu achei de mais parecido foi esse trem. O meu sonho, desde criança, é ter um trailer, que seria como uma casa para mim. E com ele eu viajaria o mundo

junto, conheceria todos os lugares do mundo inteiro... Na verdade eu já tinha até me esquecido desse sonho, porque faz muito tempo que eu já não acho que ele é possível mais. Mas agora que tu pediu pra gente falar sobre os nossos sonhos não tinha como eu não me lembrar do meu trailer... Pode ser que eu ainda consiga ele um dia, né? Nunca se sabe!”

Ela então explicou os desenhos que fez em sua caixa: de um lado, uma casa, e do outro um mar com um sol brilhante. Ela disse: “Apesar do meu sonho ser o trailer, eu também queria ter uma casa pra chamar de lar, uma casa pra morar com os meus filhotes, que se Deus quiser um dia vão voltar a morar comigo. Então de um lado eu fiz a minha futura casa, que seria o meu porto seguro, pra voltar depois das minhas viagens. E do outro lado eu fiz esse mar com esse sol bem brilhante, porque eu amo praia! E adoraria morar em algum lugar que tivesse uma praia, que desse pra visitar todos os dias!”. Ela comentou o quanto não pensava nesses sonhos há muito tempo, por conta de tudo o que viveu nos últimos anos, por toda a violência que passou, mas que lembrar deles agora lhe fez bem.

Tem-se como exemplo um estudo, realizado em 2008, por Madge Porto, em uma Casa Abrigo do Acre, que tem como propósito abrigar mulheres em situação de violência doméstica por um período máximo de 90 dias. É oferecida proteção e oportunidade para que elas reflitam sobre suas vidas e em como enfrentar as situações de violência sofridas. Entende-se que o atendimento psicológico oferecido no local é uma das principais intervenções de política pública para o enfrentamento da violência contra a mulher, pois possibilita um acolhimento especializado e um espaço de reflexão, que a auxilia a compreender o seu papel nessa situação. Passa a ter um valor maior a subjetividade de cada uma das acolhidas, e o seu processo individual de elaboração psíquica, a partir dos atendimentos e das intervenções psicológicas (Porto, 2008).

Seguindo na intervenção, depois que as duas apresentaram suas caixas, conversamos um pouco sobre como elas se sentiram durante os três encontros, e o que pensaram enquanto faziam as atividades. M. comentou o quão bom foi se permitir sonhar e pensar em como será o seu futuro. Já G., disse que também foi bom pensar no passado e nas escolhas positivas que ela tomou: “E que mesmo que eu tenha sofrido tudo de ruim nesse mundo, pelo menos eu sei que eu sempre pensei no melhor pros meus filhos. Porque eles podem não estar comigo e isso me doi muito, mesmo. Mas pelo menos eu sei que onde eles estão, eles estão sendo bem cuidados...”. As duas agradeceram muito pelas atividades, e comentaram que “é muito bom fazer algo diferente da rotina de sempre”, relatando que puderam relaxar nesses momentos. Finalizamos o encontro com aplausos para ambas, pela disponibilidade delas em se disporem a participar de todos os encontros e pelas trocas que aconteceram. A última atividade foi encerrada com a certeza de que foi possível elaborarmos muitas vivências, e de que elas, de fato, se entregaram para o que foi proposto.

Dessa forma, compreende-se que a psicologia tem inúmeras possibilidades de atuação nas casas abrigo, podendo propiciar um espaço de escuta e de acolhimento para a elaboração do trauma. Considera-se então que a inserção do psicólogo em abrigos é extremamente relevante e necessária, não apenas para o local, que terá um auxílio nas questões de saúde mental, mas também para o profissional, que pode ampliar a atuação da psicologia para além da clínica tradicional (Koelzer, Backes & Zanella, 2014). Na intervenção realizada não foi diferente, pois notou-se o envolvimento das participantes, sempre comentando e se colocando nas atividades, mostrando o quanto necessitam de um espaço acolhedor e livre para serem exatamente como elas são – sem qualquer julgamento ou avaliação por parte da equipe.

Bondía (2002), em seu estudo sobre a experiência, refere que as palavras podem ser muito potentes por produzir sentido, criar realidades, e funcionar como “mecanismos de subjetivação”, que dão sentido ao que somos e ao que nos acontece. Assim, o autor comenta que é a partir das palavras que moldamos a forma como nos colocamos diante do mundo, dos outros e de nós mesmos. Correlacionando com a atuação da psicologia nos abrigos, entende-se que é possível elaborar o traumático a partir do pensar, do falar e do refletir. E que então, os atendimentos psicológicos, e os grupos desenvolvidos, por possibilitarem um local de fala (ou seja, de colocar em palavras aquilo que é sentido), são espaços de subjetivação para as mulheres conseguirem encontrar a sua forma de se colocar no mundo em que vivem.

Bondía (2002) elabora sobre a experiência que pode ser resumida como tudo aquilo que nos passa, nos toca, e no decorrer do processo, nos transforma. E sobre o saber da experiência, que, por sua vez, envolve um saber subjetivo, particular, individual e pessoal, pois cada experiência é única. Assim, por mais que várias pessoas vivam a mesma situação, cada uma delas irá experienciá-la de uma forma única, que terá sentido com as suas vivências anteriores, com a sua própria personalidade e com a sua forma de estar e colocar-se no mundo. Bondía (p. 26, 2002) comenta que então, “somente o sujeito da experiência está aberto à sua própria transformação”, pois ele irá viver de forma genuína a cada momento, permitindo-se sentir e modificar-se continuamente.

Por fim, conclui-se que o método cartográfico entrou como um olhar estratégico para as análises e as interpretações do território, desterritorializando-o ou reterritorializando-o, como sugerido por Deleuze e Guattari (1980/1996), incidindo em delineamentos que atravessam o grupo e cada um dos indivíduos. Isto posto, o cartógrafo – e, nesse caso, a psicologia – atua enfrentando e resistindo à realidade dominante, auxiliando o indivíduo a se recompor e a responder ao seu contexto (Deleuze & Guattari, 1980/1996), se apropriando de tudo o que encontrar pelo percurso. Ele estará sempre disposto a descrever novos caminhos que vão se apresentando, possibilitando a singularização e a produção de si mesmo a partir de sua existência e da experiência (Prado Filho & Teti, 2013).

Considerações finais

O trabalho em questão é apenas um recorte, uma pequena pista, resultado da vivência como estagiária em um abrigo para mulheres que sofreram violência doméstica. Cabe ressaltar aqui o que tornou tão rico o método cartográfico, que é a possibilidade de expressar subjetivamente os afetos que a experiência desperta nos sujeitos. Compreende-se que a intervenção cartográfica realizada possui um enorme potencial para o local e para as acolhidas, por possibilitar a criação de um espaço acolhedor, reflexivo e criativo, que modifica a rotina padrão do abrigo e movimenta o lugar. Além de revisitar inúmeros aspectos das vidas das usuárias, desde suas vivências, sua individualidade, até seus sonhos e planejamentos para o futuro, permitindo-lhes pensar sobre suas histórias de vida.

A vivência de estágio na CAVM possibilitou muitos aprendizados sobre o tema – teóricos e, principalmente, práticos. Ter a oportunidade de planejar, e ainda mais, vivenciar uma intervenção em grupo foi extremamente desafiador, e me envolveu do início ao fim. Assim, têm-se como potencialidades do trabalho todo o envolvimento e o acompanhamento que foi possível fazer com as usuárias do serviço, e a utilização do método cartográfico, que

ampliou o envolvimento e o alcance da intervenção, permitindo um olhar aprofundado para os afetos, os encontros e as vivências subjetivas de todos os envolvidos no processo.

Ademais ressalta-se como um desafio encontrado durante a prática de estágio, a resiliência que é necessária construir para lidar com casos tão difíceis e comoventes, e com a vivência do setor público do município. Dessa forma, para além dos estudos teóricos, foi necessário despir-se de qualquer pré-conceito e visões pré-existentes, olhando para cada usuária de forma empática e acolhedora. Por fim, a vivência do Estágio Específico na CAVM se mostrou extremamente valiosa para a minha trajetória profissional, mudando a minha visão de mundo e aprimorando a minha prática.

Referências

- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- Chagas, L. F. (2020). *O ciclo da violência: psicanálise, repetição e políticas públicas*. Belo Horizonte, Brasil: Editora Dialética.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980/1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. (Vol. 1, Trad. A. G. Sampaio & L. Orlandi). Rio de Janeiro, Brasil: Editora 34. (Obra original publicada em 1980)
- Koelzer, L. P., Backes, M. S., & Zanella, A. V. (2014). Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7(1), 132-139. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000100012&lng=pt&tlng=pt
- Brasil. (2006). *Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006* (Lei Maria da Penha). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Lucena, K. D. T., Deininger, L. S. C., Coelho, H. F. C., Monteiro, A. C. C., Vianna, R. P. T., & Nascimento, J. A. (2016). Analysis of the cycle of domestic violence against women. *Journal of Human Growth and Development*, 26(2), 139-147. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>
- Meneghel, S. N., Camargo, M., Fasolo, L. R., Mattiello, D. A., Silva, R. C. R., Santos, T. C. B., Dagord, A. L., Reck, A., Zanetti, L., Sottili, M., & Teixeira, M. A. (2000). Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(3), 747-757. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000300023>
- Oliveira, P. P., Viegas, S. M. F., Santos, W. J., Silveira, E. A. A., & Elias, S. C. (2015). Mulheres vítimas de violência doméstica: uma abordagem fenomenológica. *Texto & Contexto — Enfermagem*, 24(1), 196-203. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015002900013>
- Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], & Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2023). *Violência contra as mulheres*. <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Porto, M. (2008). Intervenção psicológica em abrigo para mulheres em situação de violência: uma experiência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 369-374. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000300014>
- Prado Filho, K., & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, (38), 45-49. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-65782013000100004&script=sci_arttext
- Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo, Brasil: Estação Liberdade.